Medida Provisória n° 2073-37, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Assunto: Meio Ambiente - Crimes e Infrações Ambientais

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Destino: Ao arquivo

Último local: 18/06/2001 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Último estado: 18/06/2001 - SEM EFICÁCIA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1710 de 1998

Medida Provisória nº 1710/1 de 1998

Medida Provisória nº 1710/2 de 1998

Medida Provisória nº 1710/3 de 1998

Medida Provisória nº 1710/4 de 1998

Medida Provisória nº 1710/5 de 1998

Medida Provisória nº 1710/6 de 1999

Medida Provisória nº 1710/7 de 1999

Medida Provisória nº 1710/8 de 1999

Medida Provisória nº 1710/9 de 1999

Medida Provisória nº 1710/10 de 1999

Medida Provisória nº 1710/11 de 1999

Medida Provisória nº 1874/12 de 1999

Medida Provisória nº 1874/14 de 1999

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1874/15 de 1999

Medida Provisória nº 1874/16 de 1999

Medida Provisória nº 1874/17 de 1999

Medida Provisória nº 1949/20 de 2000

Medida Provisória nº 1949/21 de 2000

Medida Provisória nº 1949/22 de 2000

Medida Provisória nº 1949/23 de 2000

Medida Provisória nº 1949/24 de 2000

Medida Provisória nº 1949/25 de 2000

Medida Provisória nº 1949/26 de 2000

Medida Provisória nº 1949/27 de 2000

Medida Provisória nº 1949/28 de 2000

Medida Provisória nº 1949/29 de 2000

Medida Provisória nº 1949/30 de 2000

Medida Provisória nº 1949/31 de 2000

Medida Provisória nº 2073/34 de 2001

Medida Provisória nº 2073/35 de 2001

Medida Provisória nº 2163/39 de 2001

Medida Provisória nº 2163/40 de 2001

Medida Provisória nº 2163/41 de 2001

Medida Provisória nº 2073/36 de 2001

Medida Provisória nº 2073/38 de 2001

TRAMITAÇÃO

18/06/2001	CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN
Situação:	SEM EFICÁCIA
Ação:	A presente Medida Provisória foi reeditada com 2 (dois) dias de antecedência pela de nº 2.073-38, de 13.06.2001, publicada no DOU de 15.06.2001 (Seção I), sem alterações, conforme fls. nº 58 a 59, anexadas ao processo.

TRAMITAÇÃO

11/06/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. nºs 52 a 57, referentes à Mensagem nº 261/2001-CN.

Publicado no DCN Páginas 13450-13455

07/06/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Esgotado o prazo regimental, sem instalação da Comissão Mista, matéria encaminhada à SSCLCN para as devidas providências.

24/05/2001 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta foram encaminhadas a SEEP as Emendas nºs 6 a 7, para confecção dos respectivos avulsos.
Publicadas no DSF, de 25.5.2001.

À SACM.

24/05/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Encaminhada uma via das emendas à SSATA para publicação e confecção de avulsos.

24/05/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: No prazo regimental foram adicionadas à Medida Provisória 2 (duas) emendas dos Deputados Cornélio Ribeiro 006 e Márcio Reinaldo Moreira 007 (fls. 49 a 51).

Publicado no DSF Páginas 10390-10391

23/05/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Convalidadas as emendas de nºs 001 a 005 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.99).

18/05/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

18/05/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.073-36 /2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2073-

Data: 18/05/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.